



MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 2/10

**"REUNIÃO PREPARATÓRIA DA X REUNIÃO ESPECIALIZADA
DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL"**

Realizou-se na cidade do Recife, no estado federativo de Pernambuco, República Federativa do Brasil, nos dias 14 e 15 de outubro de 2010, a Reunião Preparatória da X Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM), com a presença de Delegações dos Ministérios Públicos dos seguintes Estados Partes: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, e dos seguintes Estados Associados: Estado Plurinacional da Bolívia, República do Chile, República do Equador e República do Peru.

Deixa-se registrado que foi convocada, ainda, a República Bolivariana da Venezuela, Estado em processo de Adesão, e foi convidado o Estado Associado da República da Colômbia, que não puderam comparecer, comprometendo-se a Presidência *pro tempore* a enviar-lhes esta ata e de seus anexos.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A lista dos integrantes dos Grupos de Trabalho Especializados se encontra no **Anexo III**.

A reunião ocorreu na Procuradoria Regional da República na 5.ª Região e teve início com a realização do Curso de Aperfeiçoamento "Medidas Eficazes de Cooperação Jurídica na Prevenção e no Combate ao Roubo e ao Furto de Veículos e



Cargas no Mercosul*, com o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União.

Iniciou-se a manhã do dia 14 de outubro com as palavras da Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República na 5.ª Região, Dra. Maria do Socorro Leite Paiva, que deu as boas vindas a todos os presentes e salientou a satisfação em receber o evento no Estado de Pernambuco. Ainda na cerimônia de abertura, o Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva saudou os representantes dos países do Mercosul e desejou exitosa reunião a todos. Aproveitou a ocasião para parabenizar aos chilenos pelo resgate bem sucedido de 33 mineiros na mina de San José, no Chile, concluído no dia anterior, que mereceu atenção em todo o mundo – gesto apoiado por todas as delegações.

O Dr. Saraiva, em caráter de Coordenador nacional alterno da REMPM, deu continuidade aos trabalhos com a leitura da agenda preliminar, que foi aprovada por todos os presentes.

O representante do Ministério Público do Paraguai, Dr. Juan Emilio Oviedo Cabañas, Agente Fiscal de Asuntos Internacionales, na função de Secretaria Técnica Permanente, apresentou as conclusões da IX Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul, que estão elencadas nas Resoluções Anteriores constantes do **Anexo IV**.

A Secretaria Técnica Permanente solicita que sejam enviadas as atualizações dos pontos de contato, assim como a remissão dos documentos acordados na última REMPM. Igualmente, solicita a remissão de informações para serem incluídas na Página Web da REMPM (<http://www.ministeriopublico.gov.py/reunion/noti/index.php>) e recomenda a consulta periódica do referido site.

Ademais, o representante expôs os informes da Secretaria Técnica Permanente, os quais se encontram expostos no **Anexo V**, e entregou as listas atualizadas de pontos de contato, que se



encontram no **Anexo VI**, a lista atualizada de Procuradores-Gerais, que se encontra no **Anexo VII**, e a Lista de Pontos de Contato por Matéria, que consta como **Anexo VIII**.

O representante argentino, Dr. Eduardo Casal, entregou no dia 14 o questionário sobre problemas práticos e possíveis soluções em matéria de delitos contra a administração pública, o que havia sido proposto na IX REMP, a qual teve lugar na cidade de Buenos Aires, Argentina, para ser respondido pelos Membros dos Ministérios Públicos antes da próxima Reunião Preparatória, a ocorrer em Assunção, Paraguai, e que se encontra como **Anexo IX**. O representante valeu-se, ainda, da oportunidade para comunicar a decisão do Ministério Público da República Argentina de cancelar sua inscrição na IAP (*International Association of Prosecutors*) devido à aceitação, como membro, de uma entidade das Ilhas Malvinas. Assim mesmo, o representante compartilha com os demais uma resolução do Procurador-Geral ordenando investigar possíveis delitos, entre outros, tributários e aduaneiros por motivo de exploração petrolífera autorizada pelo Reino Unido em águas jurisdicionais argentinas. Os documentos sobre os temas em tela constam como **Anexo X**.

I- O combate ao Roubo e Furto de Veículos e Cargas no Mercosul.

O Dr. Juan Emilio Oviedo, representante da delegação do Paraguai, comunicou aos presentes a situação do seu país sobre o tema, sendo este destino trânsito e origem de veículos roubados. O Ministério Público conta com a Fiscalia Especializada para o combate desses delitos. Na maioria das vezes, os veículos roubados lá recebidos são provenientes do Brasil, pela facilidade da fronteira seca e pela conexão com outros tipos de delitos.

Na sequência, expôs que 97% dos casos de restituição internacional de veículos se dão pela via administrativa e não pela cooperação jurídica internacional, ressaltou a posição geográfica do



país, que propicia o trânsito de veículos roubados com outros países como destino. Apontou a necessidade de criar regimes de políticas públicas integradas, bem como de comunicação mais célere entre os pontos de contato para uma cooperação jurídica eficaz.

Dr. Enrique Rodríguez, representante da delegação uruguaia, ressaltou que a preocupação com o tema é expressa nas atas das Reuniões anteriores, pontualmente na VII e na VIII REMPM. Enfatizou que o tema não se restringe à atuação dos Ministérios Públicos, mas compete a outros setores do Estado, sendo a coordenação entre estes fundamental. Sugeriu, igualmente, a busca de mecanismos para efetivar a utilização dos instrumentos jurídicos já existentes.

Dr. Eduardo Bolados Ampuero, representante do Chile, agradeceu pelo elogio ao resgate dos mineiros em seu país. Em seguida, mencionou que, no caso chileno, o principal destino de veículos furtados é a Bolívia, pela fronteira seca, e não se destinam apenas ao uso pessoal, mas também à troca por drogas.

O combate ao roubo e ao furto de cargas e veículos no Mercosul foi o tema da apresentação do Analista de Cooperação Internacional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Dr. Diogo de Oliveira Machado, que apresentou os aspectos da cooperação jurídica internacional e relatou o papel da autoridade central no Brasil atualmente exercida por esse Departamento, como facilitador das relações entre os Estados. Segundo pesquisa realizada pelo representante do DRCI, a maioria dos pedidos de assistência quanto ao roubo de veículos envolve países do Mercosul devido às proximidades geográficas. O Analista de Articulação Institucional trouxe como exemplo prático para a discussão o caso de uma carta rogatória expedida pela República Argentina.



II. A Necessidade de Unificação Matricular no Mercosul

Dando prosseguimento à agenda proposta, o Secretário Marcelo Azevedo, do Departamento de Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, lembrou o aniversário de 20 anos do Mercosul e ressaltou que a integração regional é uma das prioridades do Bloco; sendo que a unificação de matrícula veicular reflete essa tendência.

A unificação matricular de veículos facilitará, segundo o representante diplomático, a circulação de automóveis no Bloco e ademais, possuirá caráter simbólico da sensação de pertencimento regional. O assunto permeia a competência de diversos órgãos, o que dificulta a implementação do projeto. A presidência brasileira apresentou no âmbito do GMC o projeto de unificação, que deve ser iniciado pelos veículos de carga e transporte de passageiros, haja vista representarem o maior volume de trânsito e apresentarem-se em menor quantidade.

III. Medidas Adotadas no Âmbito do Subgrupo de Trabalho 5 no Mercosul quanto à Unificação de Matrícula Veicular

Posteriormente, foram apresentadas as medidas adotadas no âmbito do Subgrupo de Trabalho 5 no Mercosul quanto à unificação de matrícula veicular. Sobre esse tema, expôs o Sr. Orlando Moreira da Silva, do Departamento Nacional de Trânsito. Informou que na Reunião Preparatória desse SGT, a proposta de unificação de matrícula veicular foi bem recebida pelos Estados Partes, mas se trata de projeto complexo. Dentre as dificuldades para sua implementação, sobressaem as assimetrias entre as legislações de trânsito e tamanhos de placas distintos nos países.

Facultada a palavra aos interlocutores, a unificação de matrícula veicular foi apontada como potencial redutor da corrupção.



IV. O Combate ao Roubo de Veículos e Cargas no Estado de Pernambuco

Os trabalhos da tarde do dia 14 de outubro de 2010 contaram com as exposições do Promotor de Justiça no estado de Pernambuco, Dr. Edgar Brás Mendes; do Chefe do Setor de Crime Organizado da Polícia Federal em Pernambuco, Dr. Bernardo Gonçalves de Torres; do Superintendente Substituto da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Pernambuco, Dr. Waldecy Marques da Silva Filho, e dos Delegados de Polícia Civil, Dr. Nelson Souto e Dr. Adelson Barbosa, que relataram a conjuntura do combate preventivo e repressivo de roubos de veículos e de cargas e salientaram a necessidade de coordenação entre os órgãos responsáveis pelo combate a este delito.

As atividades foram iniciadas no dia 15 de outubro, com as palavras do Dr. Wellington Saraiva, que fez a leitura das atividades propostas na agenda para o dia.

Em seguida, os representantes dos Ministérios Públicos dos Estados Partes e Associados do Mercosul agradeceram a oportunidade de participar deste foro e reforçaram a necessidade do estreitamento dos laços de cooperação jurídica internacional. Na oportunidade, o representante uruguaio agradeceu o apoio pela realização e a presença das delegações no Seminário de Modelos Institucionais de Ministérios Públicos do Mercosul que teve lugar na cidade de Montevidéu, Uruguai, em setembro de 2010, que contribuirá positivamente para a reforma do sistema jurídico uruguaio.



V. Apresentação das Atividades Desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Sobre Crime Organizado Transfronteiriço

Dando prosseguimento aos trabalhos, teve lugar a apresentação das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho sobre Crime Organizado Transfronteiriço. Presidida pelo Dr. Eduardo Bolados, do Ministério Público do Chile, a apresentação pontuou o êxito do Seminário de Precusores Químicos, que contou com o apoio do governo dos Países Baixos e a presença da Secretaria Técnica Permanente. Informou que, desde 2009, o Ministério Público do Chile aderiu à plataforma LEO (*Law Enforcement Online*), desenvolvida pelo Federal Bureau of Investigation, dos EUA, cuja utilização foi sugerida aos Ministérios Públicos do Mercosul na última REMP. Em caráter de Secretaria Geral da AIAMP, o representante chileno reforçou o convite a todos os membros presentes para a próxima Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá na cidade de Lima, Peru, em novembro, para a qual a REMP foi convidada a expor sobre as atividades desenvolvidas no âmbito deste foro. Além disso, reitera-se o convite para o Seminário sobre o Tráfico de Pessoas a realizar-se em Santiago, Chile, nos dias 28 e 29 de outubro, que será organizado pela Coordenação do Grupo Especial Contra o Crime Organizado Transfronteiriço do Mercosul, correspondente ao Ministério Público do Chile e à República francesa.

VI. Plataforma de Informática LEO (*Law Enforcement Online*)

Encerrada a exposição feita pela delegação chilena, a Plataforma de Informática LEO (*Law Enforcement Online*) foi apresentada pelo Sr. David Brassanini, agente do FBI (Federal Bureau of Investigation) lotado na adidância em Brasília. Trata-se de sistema de informação segura configurado como uma rede de integração virtual global desenvolvida pelo FBI, cujo acesso só é permitido por meio de convite institucional. Com 15 anos de existência e altíssimo nível de segurança até esta data, por jamais haver sofrido invasão de crackers, a plataforma, que foi utilizada em

momentos de crises de segurança em vários locais do globo, será, igualmente, utilizada em grandes eventos que terão lugar no Brasil nos próximos anos, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

A Dra. Maria Caetana Cintra Santos, Subprocuradora-Geral da República no Brasil, manifestou satisfação em saber que, desde sua criação, há 15 anos, a LEO jamais foi invadida. Essa manifestação, segundo ela, deveu-se à função dela na Comissão Nacional para Implementação do Processo Eletrônico no âmbito do Ministério Público Federal brasileiro, da qual é coordenadora.

VII. Grupo de Trabalho especializado Sobre Direitos Humanos

Ao tempo em que se reportou às sugestões da Coordenação do Grupo de Trabalho Especializado em Direitos Humanos para o plano de atividades, apresentadas na IX REMP, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão da República Federativa do Brasil e coordenadora do referido GT, a Subprocuradora-Geral da República Gilda Carvalho, solicitou às delegações presentes sugestões de temas de trabalho, de acordo com as necessidades de cada país.

A Coordenação do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos propôs quatro temas para integrarem a agenda do referido grupo, a saber: Tortura, Direito à Verdade e à Memória e Sistema Prisional e Tráfico de Pessoas. Tendo sido expressa manifestação de todos os membros presentes, as delegações concordam com a sugestão chilena de trabalhar o tráfico de pessoas, devido à atualidade da problemática e, ainda, às limitações de competência institucional sobre os demais temas apresentados anteriormente.



VIII. Implantação de Processo Eletrônico para Cooperação Jurídica mais Eficaz no Mercosul

A implantação de processo eletrônico para cooperação jurídica mais eficaz no Mercosul foi o tema abordado em seguida pela Dra. Maria Caetana Cintra Santos, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da Comissão Nacional para implementação do processo eletrônico no Ministério Público Federal brasileiro. O processo eletrônico foi apresentado como fruto da necessidade de prestação jurisdicional rápida e segura e que possui como desafio compatibilizar o uso da tecnologia com a necessidade de segurança jurídica.

A Coordenadora da Comissão Nacional para implementação do processo eletrônico apresentou as principais dificuldades dessa modalidade, como o estabelecimento de prazos, intimações, proteção do sigilo, identificação inequívoca do signatário, ressalva de autoria, validação de documentos, identificação de situações de litispendência, coisa julgada e prevenção, bem como o arquivamento de autos físicos e material probatório.

Apresentadas as dificuldades de implementação, foram apontados os benefícios que o sistema pode trazer para o contexto do Mercosul, como agilidade e uniformidade na tramitação de dados, possibilidade de troca de informações em tempo real e de interesse internacional e segurança no tráfego de informações processuais. Assim, foi levantada a relevância da reflexão sobre a possibilidade de vir a adotar-se o processo eletrônico no âmbito do Mercosul, de modo a reduzir assimetrias e aumentar a eficácia da cooperação jurídica internacional.

O período seguinte foi destinado a debates, durante o qual a delegação do Chile se dispôs a enviar à instituição brasileira



documentos referentes à experiência chilena com processos virtuais.

Diante do questionamento do representante argentino quanto à segurança do processo eletrônico, a Dra. Maria Caetana Santos ressaltou que a melhoria nos sistemas de segurança deve ser contínua. A delegação da Bolívia questionou sobre os custos de implementação do sistema de processo eletrônico e a representante brasileira ponderou que, apesar do custo inicial relativamente elevado, a experiência tem-se revelado economicamente interessante no longo prazo.

Ainda no que tange a adoção do modelo de processo eletrônico, o Dr. Wellington Cabral Saraiva reiterou a importância dessa implementação para a cooperação jurídica internacional, haja vista ser a demora uma das maiores dificuldades enfrentadas nesse campo.

Retomados os trabalhos na tarde do dia 15 de outubro, foram realizadas modificações e houve a aprovação da ata da Reunião Preparatória e da agenda de trabalho da X Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul.

IX. Conclusões

As delegações presentes concluem o seguinte:

- Convidar a cada Ministério Público do Mercosur e Estados Associados a enviar à STP informação atualizada de autoridades, pontos de contato permanente e dos grupos de trabalho, atividades e agenda próxima de eventos vinculados à região, com o objetivo de atualizar a página web da REMPM.
- A necessidade de implementar sistema coordenado de medidas tendentes a melhorar a prevenção e persecução do delito de furto e roubo de veículos. Como uma dessas medidas, os



Ministérios Públicos valorizarão a incidência no âmbito de suas funções da proposta de unificação matricular efetuada no marco do SGT5 do Mercosul e insta aos Ministérios Públicos a coordenar ações internas com outros órgãos envolvidos.

- Valora-se positivamente a experiência brasileira e chilena a respeito da implementação do sistema de processo judicial eletrônico como uma ferramenta eficaz para lograr uma melhor cooperação jurídica internacional, experiência esta que deveria, ainda, ser considerada no âmbito interno de cada Estado do Bloco.
- Sugere-se a aprovação do plano proposto pelo Grupo de Trabalho de Direitos Humanos.
- Recorda-se que cada Ministério Público do Mercosul e Associados poderá incorporar representantes aos grupos técnicos de trabalho de Crime Organizado e de Direitos Humanos.

X. Reconhecimentos

As delegações presentes agradecem à Presidência *Pro Tempore* Brasileira e à equipe coordenadora pela realização do evento, particularmente à Direção Geral da Escola Superior do Ministério Público da União.

XI. Próxima Reunião

Reunião acordou a realização da Reunião Preparatória da XI REMPM durante a próxima Presidência *Pro Tempore* a cargo da República do Paraguai no primeiro semestre de 2011, durante o bicentenário da independência do país.



Havendo cumprido a agenda proposta, encerrou-se a Reunião Preparatória a X Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul, a ser realizada em Brasília em novembro de 2010.

REPÚBLICA DA ARGENTINA
EDUARDO EZEQUEL CASAL
Procurador Fiscal ante
la Corte Suprema de Justicia de la Nación

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
WELLINGTON CASRAL SARAVA
Procurador Regional da República

REPÚBLICA DO PARAGUAI
JUAN EMILIO OVIEDO
Agente Fiscal de Asuntos Internacionales

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
ENRIQUE RODRIGUEZ MARTINEZ
Fiscal Nacional 9º Turno